

O Senado e a Câmara aprovam a fiscalização



Ulysses Guimarães

Arquivo

Também negativa foi a atuação das comissões técnicas do Legislativo, que pouco fizeram, e as CPIS, que não deslancharam. A exceção ficou por conta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara que endossou duas propostas ousadas: o reatamento das relações entre Brasília e Havana, e a proposta de um cartel de devedores latino-americanos. Em contrapartida, o Senado instalou a Comissão de Fiscalização e Controle, e a Câmara aprovou a constituição da sua, embora ainda não esteja funcionando. Ambas são importantes, porque se destinam a fiscalizar os atos do governo, uma consequência da regulamentação do artigo 45 da Constituição, que ficou anos a fio engavetada pelos governos revolucionários.

OS PARTIDOS POLÍTICOS

A Nova República modificou o quadro partidário mas não atingiu substancialmente a Aliança Democrática. Tudo começou antes do colégio eleitoral que escolheu Tancredo Neves, e as consequências foram as seguintes: o PTB, o PT, o PDS, o PMDB, o PFL perderam deputados, e apenas o PDT lucrou com os problemas, engordando sua bancada e criando alguma perspectiva para as eleições deste ano.

Dentro da Aliança Democrática dois fatores foram fundamentais: o ressentimento pela não-obtenção de altos postos no governo e o insucesso de alguns que pretendiam fazer nomeações, mas não tiveram força política para tanto. Parte do PTB trocou de camisa pelo fisiologismo que sempre caracterizou o partido, e o PT sofreu três baixas porque os deputados Bete Mendes, Airton Soares e José Eudes votaram no Colégio eleitoral, contrariando a diretriz partidária de abstenção. O PDS, por sua vez, ainda sofre da hemorragia provocada pelo malufismo e não esgotou suas perdas parlamentares.

Os choques na Aliança Democrática continuam crescentes, embora

não tenham sido suficientes para atingir projetos de importância nas votações. E tendem a se agravar com as eleições municipais deste ano. Os liberais queixam-se do fato de não nomearem os seus e rejeitam a situação de apêndice do PMDB. Na realidade, a Aliança vai mal e, nos Estados, anda bastante esgarçada.

O CONDESTÁVEL DO REGIME

Com a morte de Tancredo Neves, o deputado Ulysses Guimarães passou a ser apontado como o condestável do regime, sofreu o primeiro arranhão na eleição para a presidência da Câmara, em virtude da posição do deputado Alencar Furtado, que levou até o último momento sua postulação ao cargo, criando embaraços para Ulysses.

Depois, com a acumulação de duas presidências, a da Câmara e a do PMDB, o deputado paulista, que deveria ser o sustentáculo da Aliança Democrática, parece ter perdido o fôlego. E mais: demonstrou irritação ao longo do semestre legislativo. Teve algumas escaramuças com o presidente do Senado, José Fragelli, que encerrou uma sessão do Congresso antes que ele chegasse com um discurso para ser lido, ainda por cima colocou na pauta em votação a emenda Gastone Righi, que pretendia convocação da Constituinte, levando em conta rígidos aspectos regimentais em detrimento da flexibilidade política da Casa.

Hoje, atribuem ao condestável uma série de problemas como cansaço e fastio, e uma chateação especial com os "pianistas" que fraudaram a votação do dia 13 de junho, o que o levou a convencer a Mesa da Câmara à punição por unanimidade. E convém lembrar que Ulysses Guimarães se negou a coordenar o pacto político proposto pelo presidente José Sarney, muito provavelmente na intenção de não fortalecê-lo e porque, afinal de contas, continua postulando o Palácio do Planalto.

LEDA FLORA